



A REVOLUÇÃO FRANCESA: PANORAMA HISTÓRICO E OS EFEITOS QUE MOLDARAM A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Bruno Mesquita Falcetti

Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo
(EPPEN/UNIFESP)
brunomfalcetti@gmail.com

RESUMO: Neste artigo, pretende-se apreciar, respeitando a temporalidade dos fatos, de maneira narrativa e sociológica os eventos da Revolução Francesa, bem como aqueles que a precedem e sucedem a fim de, finalmente, entender as consequências destes fenômenos para a sociedade contemporânea. Dividir-se-á o estudo no entendimento de 5 competências ligadas ao objeto: (I) Processo histórico de construção; (II) Aspectos sociais, relações de poder e estrutura dos Estados europeus na década de 1780; (III) Narrativa histórica; (IV) fatores que levam Napoleão Bonaparte a tornar-se o principal ator no pós-revolução e nas guerras em que a nova república; (V) os efeitos e influências da revolução francesa no ambiente internacional do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE

Revolução francesa, burguesia, liberalismo, iluminismo.

ABSTRACT: In this article, we intend to appreciate, respecting the temporality of the facts, in a narrative and sociological way of the events of the French Revolution, as well as those that precede and succeed in order, finally, to understand as consequences these phenomena for contemporary society. The study will be divided in a understanding of 5 competences related to the object: (I) Historical process of construction; (II) Social aspects, relations of power and structure of European states in the 1780s; (III) Historical narrative; (IV) Factors that lead Napoleon Bonaparte to become the main actor in the post-revolution and in the wars in which the new republic; (V) The effects and influences of the French revolution on the international environment of the nineteenth century.

KEYWORDS

French Revolution, bourgeoisie, liberalism, illuminism.

1. Introdução

Ao fazer uma análise sobre os aspectos íntimos da Revolução Francesa, buscamos compreender consequências e aspectos no processo histórico que levaram a eclosão do evento que dá tema a este trabalho. Há um extenso percurso neste processo de eclosão, resultado dos efeitos da edificação dos princípios iluministas e a ascensão dos ideais humanistas trazendo ao foco o debate do pensamento burguês sobre as questões de liberdade social e comercial. De fato, é importante ressaltar que todo este processo se edifica numa sociedade fortemente estratificada, imersa em conflitos e insurreições.

Entre os séculos XIII e XIV o pensamento ocidental passa a experimentar o que seriam os primeiros traços do pensamento humanista que precede o recorte renascentista - herdados pelo interesse dos intelectuais nos estudos dos clássicos da filosofia grega e romana -, trazendo o homem para o centro da discussão e a valorização da razão em detrimento da crença religiosa (BURNS, 1972, p.127).

Alguns momentos relevantes dentro do processo da história moderna criaram um cenário favorável para que a Revolução Francesa viesse a calhar - como a dissolução do sistema feudal, o processo de enfraquecimento da aristocracia feudal durante as Cruzadas e a gênese do mercantilismo durante as expedições à Jerusalém; A ascensão da revolução comercial e os processos de acumulação primitiva, os cercamentos de terra e a nova ética social de trabalho e consumo difundida pelo protestantismo, a Guerra dos Trinta Anos e os tratados da Paz de Vestfália, eventos que foram resultados não somente de movimentações religiosas, mas também de cunho político, econômico e territorial, com a ascensão do conceito de soberania e os primeiros aspectos do Direito Internacional. A literatura contratualista, posteriormente ganha espaço entre os intelectuais – as obras de Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau –, trazendo novos horizontes para a concepção de Estado e Governo. A publicação de trabalhos aperfeiçoados quanto ao conceito de república com as obras de Kant e a tripartição dos poderes do Estado, com “Do Espírito Das Leis” de Montesquieu, colaboraram para o emergente debate sobre a liberdade, a propriedade, a função do Estado e o homem, edificando o pensamento iluminista (LASKI, 1973, p.81).

Foram delineadas, com Luís XIV, as primeiras medidas centralizadoras que envolveram o forte processo de criação de um sentimento de nacionalidade: a inauguração dos Liceus – e com eles, a difusão de uma língua e cultura comum –, o rompimento com as influências políticas da igreja católica e da aristocracia e a definição das fronteiras (NUNZIO, 1992, 72). Segundo Oliveira (2006), é também indispensável observar neste processo a reconstrução das ferramentas burocráticas do Estado e a nova ética de comportamento entre o rei e seus validos (amigos). As relações de amor e valimento entre o rei e seus conselheiros foram repaginadas e, de “roupa nova” (burocratizada), apresentam-se aos súditos como ministros e funcionários oficiais de Estado (OLIVEIRA, 2006, p.103). A proposta iluminista, já no período de Luís XVI – para um governo coletivo e com maior representatividade, não só popular, mas que pudesse atender interesses voltados ao liberalismo econômico – parte das necessidades de reparar as debilidades estruturais do Estado que se acumularam desde os primeiros passos deste processo de centralização: a corrupção, a inflexibilidade comercial, o despotismo político e o escoamento problemático dos tributos arrecadados (KENNEDY, 1989, p.118).

Os ideais iluministas, a partir de meados do século XVII, se propagam por quase toda Europa e se manifestam de maneiras diferentes em resposta a cada especificidade: (I) Na Inglaterra, com a oligarquia de Guilherme III, onde antes fora dominada por Jaime II dos Stuart, deposto à força dos eventos da Revolução Gloriosa; (II) Na França, o “absolutismo ignorante” (BURNS, 1972, p.130) com a administração frágil de Luiz XVI – devastada pela fome e consequências do investimento imprudente em esforços bélicos durante a Guerra dos Sete Anos – condenou a população francesa à miséria (VISENTINI; PEREIRA, 2012, p.35); (III) Na Rússia, ainda atrasada pelo descaso dos sucessivos governos despreocupados com questões “além da aristocracia”, abrigava uma população extremamente subordinada e pressionada pelos mecanismos arcaicos e desinteressados do Czar.

Na França, o expressivo aumento de tributos era consequência da máquina pública ineficiente e de uma burocracia desorganizada – altas quantias tributárias recolhidas, vazavam com facilidade pelas brechas da má organização administrativa e corrupção – isto somado aos efeitos dos investimentos desenfreados e imprudentes aplicados às atividades militares na Guerra dos Sete Anos, disputas territoriais e econômicas travadas principalmente entre Grã-Bretanha e França na América do Norte

e algumas regiões da Ásia (KENNEDY, 1989, p.122). Com os tratados de Paris (1763), os territórios disputados são repartidos, mas ambas as potências saem debilitadas, nos anos que sucedem os eventos da Guerra dos Sete Anos, a França enfrentaria problemas ainda mais graves como a fome e a escassez de recursos – é aceso o pavio das insurreições.

2. O Mundo na década de 1780

O mundo na década de 1780 traz um retrato do ocidente europeu em suas transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, discutindo as implicações destas transformações do ponto de vista europeu e mundial. A abordagem do autor repercute nitidamente de como este período pré-revoluções (a industrial inglesa e a francesa) deixava visível a confrontação entre dois tipos de sociedades; a de herança medieval e suas evoluções e adaptações como; a monarquias absolutas nacionais e o despotismo esclarecido, contra a gênese de uma nova ideia de mundo regido pelos valores comerciais e mercantis europeus, que pregavam alguma forma de interação política diferente da lógica do nascimento, do sangue e da hereditariedade dos nobres. Pode-se dividir essa década em 6 aspectos, fazendo compreender as peculiaridades desse tempo.

O Primeiro aspecto sobre o mundo no período de 1780 trata-se de suas dimensões geográfica, cartográfica e demográfica. Nesse sentido, é possível observar que a Europa do século XVIII era menor e ao mesmo tempo maior que a conhecermos hoje (HOBBSAWM, 1986, p.228). Os contornos cartográficos na década em questão eram bem menos detalhados dos quais se disponibilizam hoje - apesar das descobertas marítimas terem sido iniciadas no final do século XV e com maior profundidade no XVI, pouco se havia explorado das colônias, tornando bastante vaga a cartografia europeia- principalmente nas partes centrais das Américas e da África. Geograficamente, a Europa desconhecia boa parte das formações dos seus rios e suas profundidades oceânicas. Navegavam na superfície já conhecida e não conheciam muito a respeito das correntes marítimas. No entanto, o mundo europeu, na década, era também menor não só pelo seu conhecimento de extensão geográfica, mas também por conta de sua demografia. Esse quantitativo populacional estava em grande parte espalhado pelo globo, em sociedades de diversas culturas. As ligações entre essas populações e regiões eram quase nulas, seja do ponto de vista cultural ou das

possibilidades de transporte, pois dentro do próprio continente europeu existiam amplas áreas, tal como os Bálcãs, a Escandinávia e sul da Itália, onde haviam dificuldades de acesso, pois os meios de locomoção ainda estavam em desenvolvimento, como por exemplo, a malha ferroviária inglesa, no entanto, essas inovações ainda eram prematuras para atingir o continente europeu em larga escala. Se as limitações cartográficas, geográficas, e populacional em níveis quantitativos faziam do mundo na década de 1780 menor, as dificuldades de locomoção o faziam maior do que hoje, de fato, onde os meios mais acessíveis de transportes eram as vias marítimas, que exploravam apenas o litoral e os contornos das regiões, no entanto, as regiões centrais dessas localidades eram praticamente inexploradas.

No segundo aspecto é possível observar que a sociedade europeia no final do século XVIII era tipicamente rural, parte desse campesinato produzia por subsistência, outra parte também para o comércio, que dependia do excesso da produção agrícola para firmar o mercado. É também observado a formação das zonas urbanas, ou seja, o desenvolvimento dos grandes centros político-administrativos, grandes concentrações econômicas e demográficas. No entanto, esse aspecto de crescimento urbano só tinha alguma tangência, em Paris e Londres.

As zonas urbanas dependiam relativamente da produção campesina, ou seja, aqueles que viviam do comércio dependiam, como citado anteriormente, do excesso da produção agrícola. Comerciantes, regiam o escoamento desta produção como base econômica. A relação entre grandes centros, comércio e o campo foi de grande importância para o desenvolvimento das províncias europeias, colocada assim por Hobsbawm, pois a distância entre eles e o contingente populacional não tinha grandes escalas. Passou a surgir nessas pequenas regiões, a diferenciação entre o homem do campo e o homem urbano, por conta das atividades práticas, onde o campesinato se restringia às atividades rurais e o negociante, às atividades comerciais, criando uma disparidade ideológica na qual seria o camponês “ignorante” e o comerciante o “erudito”. Contudo, essas cidades não conseguiam se proliferar por muito tempo, pois a restrição comercial de sua localidade - que geralmente produzia uma mesma quantidade determinada - não resistiu ao início de um comércio mais aberto e dinâmico - as circularidades de produção entre regiões poderiam rechaçar sua atividade agrícola -, ou seja, estas cidades se resguardavam através de sua produção rural, o que não teria grande eficiência.

O terceiro observa-se com mais detalhes o setor rural repercutindo a relação existente entre a propriedade e os que cultivavam. A terra até então era a única fonte de renda e poder para a sociedade - a primeira escola econômica buscou nas relações do campo o equilíbrio econômico para os estados europeus, essas teorias econômicas ficaram conhecidas como “Fisiocracia”. Não obstante, é possível perceber como se utilizava a mão-de-obra nas atividades agrícolas no final do século XVIII através de três grandes segmentos: O primeiro se trata das colônias além-mar, ou seja, a América - o lavrador eram os aborígenes e os negros, submetidos ao trabalho escravo. O segundo trata-se das índias orientais- os lavradores eram obrigados a ceder parcelas de suas produções. No terceiro segmento observa-se o leste europeu, aonde a servidão era comparável em alguns aspectos à escravidão africana -as obrigações servis aboliam a liberdade dos lavradores que sofriam com a coerção política do mundo agrário. A propriedade, durante esse período, representava todo o controle sobre a mão-de-obra, ou seja, tais proprietários possuíam grande prestígio político.

O quarto aspecto exposto por Hobsbawm (1986) é a estrutura social existente no século XVIII que aos poucos foi se modificando ao ponto de fazer eclodir a Revolução Francesa (1789). Nesta sociedade - onde a propriedade era pertencente aos nobres e por onde, era através da terra que estes mantinham seu status de dominação - foi se transformando, principalmente quando os custos da produção, em conjunto com os aumentos dos preços, fizeram que boa parte dos nobres buscassem novas fontes de rendas - mais especificamente através dos serviços administrativos do estado absolutista, abrindo uma nova relação para com os camponeses e a terra. Os senhores de terras começaram a alugar suas propriedades e os camponeses começaram a desfrutar de sua própria produção e sua própria terra, com certa liberdade para comercializar sua própria produção ou realocar o terreno. Apesar das obrigações servis ainda permanecerem, esta implicação [locação] possibilitou o desenvolvimento de uma agricultura fixada na renda e no capital, dissolvendo, em um processo gradativo, as relações de trabalhos servis na Europa.

No quinto aspecto, observa-se o desenvolvimento econômico e o crescimento da classe mercantil neste período. A consolidação da exploração colonial se tornava cada vez mais fortuito: as rotas marítimas conseguiam conectar relações comerciais entre os diversos continentes - desde a troca de especiarias nas índias orientais passando pela África no tráfico negreiro, até as Américas, onde exportavam açúcar, milho e mais tarde

o algodão de volta para a Europa. Os lucros obtidos por essas rotas de comércio eram exorbitantes para a época, o que tornava o mercador, nesse período, o novo ideal para a sociedade. Nessa perspectiva, outro fator primordial contribuiu para o fortalecimento deste novo ideal de homem – dinâmico e livre que navegava e comercializava seus produtos no mercado - que foi o desenvolvimento das ciências, que enfatizava a necessidade do progresso, da tecnologia e da razão como condução aos maiores lucros dessas relações comerciais. O iluminismo veio a contribuir com esse novo ideal criticando todo governo que, regido sobre o monopólio da força, privasse a liberdade individual e principalmente a liberdade de comércio.

A sexta passagem ergue os motivos da derrocada das monarquias absolutistas na Europa. Nesse momento, os regimes absolutistas se encontravam em um dilema e foram incapazes de resolvê-lo. De um lado, seus antigos aliados e certamente a origem de seu poder: o poder divino, a hierarquia, o sangue, ou seja, a tradição nobre do seu poder - que advinda do final da idade média. Do outro lado, o surgimento de um novo ideal fixado no progresso e na necessidade de liberdade para o estabelecimento das relações mercantis - essencial para consolidação econômica que um estado e seus indivíduos precisam, no entanto, em troca disso, exigiam participações nas decisões políticas - até então restritas ao rei e à nobreza - e o fim das relações servis no campo. Juntam-se a esse dilema as pressões internacionais - principalmente as guerras: Guerra dos Sete Anos e a revolução americana, financiada pela coroa francesa. Em meio às tensões, muitas monarquias na Europa passam a não suportar e terminam por sucumbir entre o fim do Século XVIII e XIX.

Por fim, observa-se o crescimento das relações entre a Europa e o resto do mundo nesse período, por onde o produto de toda essa transformação se verificou através do completo domínio político e militar do mundo. Portanto, a Europa consegue nesse processo, primeiramente consolidar a lógica de uma nova sociedade calcada na liberdade, no individualismo, na razão e no progresso - amplificado com fim das monarquias -, ganhou os presságios e mecanismos para conseguir, através da exploração do capitalismo emergente, estabelecer um predomínio mundial que seria mais tarde “dissolvido” devido a um longo processo de guerras mundiais e no continente europeu, deixando o posto imperialista para os EUA. Hobsbawm (1986) traz à tona um cenário que desencadeou, em duas grandes revoluções - a industrial inglesa e a francesa -, porém sua abordagem marxista fixa os olhos dos leitores para questões econômicas,

focando principalmente nas relações estabelecidas entre propriedade, camponês e comerciante. Sua explicação parte do campo econômico, sendo este, o motor transformador das relações sociais, culturais e políticas – trajando a fórmula marxista de infraestrutura sobre superestrutura, onde a economia e os meios de produção são o ponto de partida para as transformações da realidade.

3. A Revolução Francesa (1789-1815)

A França do século XVIII era um Estado absolutista, o rei operava com poderes absolutos a economia, a justiça, a política e até mesmo a religião dos seus súditos. A sociedade encontrava-se estratificada e hierarquizada. No topo da pirâmide social, estava o clero – tinha o privilégio de não pagar impostos. Abaixo do clero estava a nobreza – formada pelo rei, sua família, condes, duques, marqueses e outros nobres. A base da sociedade era formada pelo “Terceiro Estado” - trabalhadores, camponeses e burguesia - que, sustentava toda a sociedade com sua força de trabalho e com o pagamento de altos tributos cobrados pela coroa francesa (HOBBSAWM, 1986, p.245).

A vida dos trabalhadores e camponeses era de extrema miséria, portanto desejavam melhorias na qualidade de vida e de trabalho. A burguesia, mesmo tendo uma condição social mais abastada, aspirava por maior participação política e liberdade econômica para conduzir seus negócios interna e externamente, investir, produzir com maior eficiência e escoar a produção.

Nesse período, a França apoiou a independência das antigas treze colônias inglesas (os Estados Unidos) - que recebem como presente francês a Estátua da Liberdade (BURNS, 1972, p.144). Segundo Hobsbawm (1986), essa foi uma das principais causas que desencadeou a Revolução – por conta dos altos gastos com a Guerra dos Sete Anos, jogando no poço a balança comercial e os cofres públicos da França. Com a convocação dos Estados Gerais - que foi aclamada para solucionar a crise financeira que a França se encontrava - o Terceiro Estado teve a chance de mostrar o seu poder (NUNZIO, 1992, p.75). Como não havia líderes que representassem o Terceiro Estado dentro de suas estratificações sociais, o grupo social que teve maior destaque foi a burguesia - que neste momento, já se encontrava organizada tanto politicamente quanto socialmente. Essa burguesia era essencialmente comercial e aspirava ao liberalismo econômico (BURNS, 1972, p.146). As exigências burguesas

foram expressas na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” – para Hobsbawm (1986), foi um documento áspero contra a sociedade hierárquica de privilégios de nobres, não apenas um manifesto a favor de uma sociedade “democrática” e igualitária.

“Em maio de 1789, a Assembleia dos Estados Gerais abriu seus trabalhos e as discussões aconteciam isoladamente, dentro de cada Estado. O Terceiro Estado, observando com preocupação essa situação e temerosos de que a nobreza e o clero pudessem obter vantagens, solicitou que as votações fossem individuais, pois contavam com a maioria entre os três Estados. Diante da rejeição a tal procedimento, o Terceiro Estado desligou-se dos Estados Gerais e autoproclamou-se Assembleia Nacional [...] A perseguição aos seus membros e anulação de suas decisões não foram suficientes para conter o processo revolucionário que se iniciava. “ (VISENTINI; PEREIRA. 2012, p.37)

A Revolução Francesa foi predominantemente burguesa porque mesmo com a presença de outros grupos sociais, a burguesia teve presença política e intelectual dentro do Terceiro Estado com expressividade e, com o apoio das massas de camponeses e trabalhadores - que ganhavam em maioria como representantes dentro da Assembleia Nacional -, teve forças para convocar os Estados Gerais. Tal conjunto de inquietações, que desafiavam o *status quo* e o *modus operandi* da aristocracia, foi sem dúvida uma revolução social, pois os sujeitos envolvidos estão longe de serem homogêneos. Destacam-se nesses grupos os “*Girondinos*” - burguesia moderada que tinha participação na Assembleia Constituinte com intenções liberais (de conduta mais ideológica do que pragmática), eram contra o terror e a execução do rei; os “*Jacobinos*” – burguesia liberal e radical, apostavam no terror como a maior arma da revolução; os “*Sem-culotes*” - Trabalhadores pobres, pequenos artesãos, lojistas, artífices, pequenos empresários que estavam organizados por seções, sendo os verdadeiros manifestantes, agitadores, construtores de barricadas; por fim, os camponeses - homens que viviam nos campos que promoviam movimentos vastos, disformes, anônimos, mas irreversíveis (HOBSBAWM, 1986, p.242). A epidemia das insurreições acionou a inquietação camponesa e espalhou de forma obscura e eminente, levando o Estado francês ao Grande Medo. Pode-se dizer que o Terceiro Estado tinha a todas as condições para executar a revolução, pois, os burgueses moderados e radicais eram os intelectuais e politizados que deram forma política ao movimento, e com o apoio dos camponeses e os Sem-culotes - a grande massa do movimento, mas de pouca consciência política - deram espaço para que os burgueses controlassem todas as bandeiras da revolução (HOBSBAWM, 1986, p.244).

Parte desse período que sucede a instalação do Terceiro Estado nas Assembleias, caracterizado pelas movimentações mais violentas (após a tomada da Bastilha) ficara conhecido como “*O Grande Medo*” ou “*O Grande Terror*” que duraram em torno de dois anos – recuperou a França da crise financeira na qual estava afundada. Robespierre, líder jacobino, criou o Terror como único método efetivo de preservação de seu país, ou seja, mandava para guilhotina todos e quaisquer suspeitos que fossem contra os "ideais revolucionários" - serviu como uma espécie de extensão da revolução, pois controlava "traidores" e opositores em potencial (HOBSBAWM, 1986, p.249). Nesse período, Robespierre consegue estabilizar a situação financeira da França, e também mantém sob controle os invasores - triunfando militarmente. Deu-se ao povo o direito ao sufrágio, o direito à insurreição, trabalho e subsistência, tendo uma Constituição genuinamente popular proclamada por um Estado Moderno. Foram abolidos todos os direitos feudais remanescentes, aumentando assim, as oportunidades para o pequeno comprador adquirir as terras confiscadas dos emigrantes.

Essas transformações deram base para o rápido desenvolvimento econômico - tais fatores serviriam como justificativa (dos jacobinos) da durabilidade deste processo, apesar do excesso de pessoas mandadas à guilhotina, como Danton, que foi um líder girondino e até mesmo o próprio Robespierre, que foram tragados pela própria revolução.

A revolução transformou toda a Europa - por varrer grande parte dos sistemas políticos absolutistas (HOBSBAWM, 1986, p.249). O período revolucionário que perpassa o Diretório e a Monarquia Constitucional deu bases para o sistema liberal ser implantado e solidificado, entretanto até que tal fato se tornasse perfeitamente concreto, os povos sob a luz dos iluministas que colocavam as mãos no poder sofreram com grandes problemas externos.

O recrutamento de um exército fiel na França surge como solução para resolver as guerras contra a Áustria e a Prússia. Napoleão I, como chefe do exército, resgata o governo com grande superioridade militar - vence brilhantemente as batalhas (BURNS, 1972, p.143). O exército era composto por uma massa de cidadãos revolucionários com levadas improvisadas de soldados e recrutas mal treinados que se transformou numa força de combatentes profissionais que, com o tempo, incorporaram a experiência de campo e moral através de velhos e cansativos exercícios – os soldados eram tratados como

“homens de regras absolutas” e promovidos por mérito, o que significava distinção na batalha, produzindo assim a simples hierarquia de coragem. O exército foi amparado por uma indústria de armamentos que satisfazia minimamente as necessidades dos combatentes – das necessidades comuns às mais triviais. Em resumo, foi este exército que conquistou toda a Europa.

Poderia ser como qualquer carreira aberta para o talento na revolução burguesa, e os que nele obtiveram sucesso - tinham um interesse investido na estabilidade interna como qualquer outro burguês. Com isso, Bonaparte tornou-se a pessoa adequada para concluir a revolução. Sobrevivendo à morte de Robespierre, torna-se cônsul (1799-1804) e depois imperador (1804-1815) - resolve os problemas do Diretório, do Código Civil, fazendo também uma concordata com a Igreja e cria o Banco Nacional, deixando a França numa estabilidade política e econômica. Hobsbawm (1986) refere-se a Napoleão I como o homem de mil virtudes e isso, sem dúvidas, se deve ao reflexo da disseminação do mito Napoleônico.

4. As guerras napoleônicas

Entre 1794 e 1799 a França estava se reestruturando após o fim do Terror e o afastamento dos Jacobinos, os girondinos remanescentes reocuparam seus cargos e as ideias liberais voltaram a predominar, mas a estabilidade política ainda não havia sido perfeitamente alcançada. Estados europeus contrarrevolucionários seguiam com as investidas contra a França enquanto grupos revolucionários como os sans-culottes ainda arquitetavam revoltas internas. Então, dentro de um cenário que ainda abrigava diversas disputas e precisava suprimir urgentemente conflitos, tanto internos quanto externos, surgiu uma figura emblemática que deu um novo rumo à revolução.

Napoleão Bonaparte, que havia retornado para a França como herói nacional após seu êxito em batalhas travadas na Itália e na Grécia, se deparou com apoio de grupos políticos internos que buscavam organizar uma nova ordem social estável. Então, no dia 10 de novembro de 1799, Napoleão toma o poder ao dar o golpe conhecido como “*O 18 Brumário*”, esvaziando toda a sala de sessões e criando um consulado decenal de três membros. A partir de tal evento, Napoleão submete por completo o sistema legislativo e corta pela raiz os problemas que afligiam a burguesia que havia chegado ao poder com o Diretório.

Após o sucesso de diversas políticas monetárias, a criação do Banco da França, políticas de “pacificação” através da supressão de grupos rebeldes internos e um tratado de paz feito com a Inglaterra – que dura pouco –, Napoleão expande seu poder e influência a ponto de tomar o posto de cônsul vitalício em 1802. A expansão francesa no mar mediterrâneo acaba resultando no rompimento do tratado de paz com a Inglaterra, acelerando no processo de ascensão de Napoleão ao poder, mas desta vez como imperador da França (em 1804) – tal evento ocorre pela necessidade eminente de defender e expandir o poder e o território francês. Em seguida a França mergulharia sucessivas vezes num mar de conflitos (BURNS, 1972, p.173).

Após a formação do Grande Exército que contava com cerca de 600 mil homens, Napoleão tem uma breve derrota marítima contra a Inglaterra, mas logo depois obtém êxito na batalha de Austerlitz e toma a Áustria como um Estado vassalo, seguindo assim uma sucessão de vitórias por terra (BURNS, 1972 p.173). A França havia alcançado o patamar de potência militar terrestre, porém permanecia perceptível a impossibilidade de vitória marítima contra a Inglaterra, então é estabelecido o “bloqueio continental” (HOBSBAWM, 1986, p.252), embargo econômico contra a potência rival – a França impedia a comercialização entre seus países aliados ou ocupados e a Inglaterra. No ano de 1811 o expansionismo napoleônico chega ao seu ápice após anos de êxito militar.

Logo, alguns países ocupados começam a se organizar em movimentos de resistência inspirados nas ideias de nação, liberdade e igualdade – dentro dos territórios espanhóis ocorreu a revolta popular onde 40 mil civis renderam 10 mil soldados franceses. Dessa maneira desaparecia a crença da invencibilidade do grande exército francês. Ainda em seu auge, Napoleão empreende uma grandiosa campanha militar contra a Rússia, o que mais tarde se mostraria um dos maiores fracassos da história militar mundial (BURNS, 1972, p.177). Ao perceber a estratégia da “*terra arrasada*” – ato de destruir alojamentos, plantações e quaisquer possibilidades de sobrevivência e recuar para o interior – aplicada pelos camponeses russos, o exército francês se viu sem mantimentos, com o inverno a caminho e cercados pelo exército russo, nada restava a fazer senão retornar para a França. Dos 650 mil soldados apenas 100 mil retornaram – após tal acontecimento, o império Francês entrou em estado de acelerado declínio (KENNEDY, 1989, p.134). Ocorreram sucessivos ataques contra a França financiados pela Inglaterra, ataques estes que levaram Napoleão a um breve exílio, uma volta

triunfal, um governo de cem dias e a batalha final em Waterloo, quando as forças francesas foram enfim derrotadas e Napoleão foi exilado na ilha de Santa Helena.

5. Os efeitos da Revolução Francesa no mundo

O expansionismo imperial francês chegava ao fim. Com os eventos e reuniões conhecidas como “O Concerto Europeu” – Kissinger (2001) relata que

“A necessidade de refazer a ordem internacional tornara-se ainda mais urgente [...] Após o Congresso de Viena, a Europa gozou do mais longo período de paz que jamais teve. Durante 40 anos, não houve guerra sequer entre as Grandes Potências” (KISSINGER, 2001, p.81)

– Que culminou no Tratado de Viena (1814-1815), os principais atores europeus delimitaram medidas e normas para reestruturar a Europa e reparar as consequências danosas causadas pela França. “A escolha da cidade representava o perfil conservador do congresso, dada a aversão da dupla monarquia danubiana ao liberalismo e ao nacionalismo” (VISENTINI; PEREIRA. 2012, p.45). Os Absolutistas temiam uma nova guerra de natureza internacional a partir de novas insurreições e, num passe de comum acordo, decidem por sufocar qualquer movimentação de natureza iluminista. Entretanto, os efeitos da revolução francesa fizeram impulsionar com maior ênfase os ideais iluministas e o emergente pensamento socialista – como Hobsbawm (1983) a ele se refere “enquanto movimento social moderno [socialismo], tem início com a corrente de esquerda da Revolução Francesa” (HOBSBAWM, 1983, p.40). Com as guerras napoleônicas, o Código Civil e os novos pensamentos que emergiram na revolução francesa se espalharam por toda a Europa – pensamentos estes de nação, liberdade, igualdade e democracia passaram a fazer parte do imaginário Europeu –, e mesmo após a restauração da monarquia com a família Bourbon, a chama da revolução continuava acesa em toda Europa e atravessara também o atlântico rumo ao “novo” continente.

Por toda a Europa os soberanos que haviam sido destronados retomaram suas posições através do Congresso de Viena. Entre 1815 e 1830 promoveram diversas tentativas de reestabelecer o Antigo Regime por meio de políticas contrarrevolucionárias, porém não havia mais solução aparente, os clubes jacobinos, os viajantes e os intelectuais espalhados por toda Europa – e por fim as guerras napoleônicas – haviam levado, irreversivelmente, a revolução para o mundo.

“A Revolução Francesa assinalou a etapa final do processo de secularização das estruturas de poder inaugurando certa modernidade ocidental. Pode-se identificar essa modernidade com a fundação da sociedade burguesa, com novos padrões econômicos (liberalismo) e com a passagem da condição de súdito a cidadão (modificações ideológicas advindas do iluminismo).” (VISENTINI; PEREIRA. 2012, p.35)

Guiados pelo pensamento iluminista e socialista, novos movimentos de caráter revolucionário e rebelde tomaram a Europa entre 1815 e 1848 em grandes “primaveras” – eclodindo como ondas que abalavam as últimas estruturas políticas remanescentes da velha monarquia absolutista (HOBSBAWM, 1986, p.258).

Segundo Hobsbawm, três principais ondas revolucionárias são perceptíveis nesse período: As revoluções de 1820, primeira onda de insurreições, se limitaram ao mediterrâneo e estenderam-se até o ano de 1824, dentro de tal evento encontram-se Espanha, Nápoles e a Grécia como focos revolucionários. A Grécia conquistou sua independência enquanto os outros movimentos foram sufocados, porém a revolução espanhola deu força ao movimento de libertação na América Latina, que por volta de 1822 já se encontrava quase isenta das rédeas europeias e, no Brasil, a separação de Portugal acontece, no momento de debilidade para este último, quase sem resistência (HOBSBAWM, 1986 p.259). A segunda onda revolucionária teve início em 1829 com a derrubada da casa Bourbon na França, se estendendo até o ano de 1834. Após a queda Bourbon, toda Europa ocidental entra em uma grande revolução no ano de 1830, num evento de impacto ainda mais profundo que a revolução anterior, de forma que a ela é creditado como o momento em que os aristocratas de fato foram derrotados pelo poder burguês (HOBSBAWM, 1986 p.259).

A vitoriosa Inglaterra havia difundido o pensamento liberal por todo o continente e, enquanto a nova classe governante se consolidava, aconteciam os primeiros movimentos da classe operária como força política na Grã-Bretanha e na França – acompanhados de movimentos nacionalistas em larga escala. O ano de 1830 determina o início de duas décadas de crise econômica e social – no desenvolvimento da nova sociedade –, crise essa que se conclui apenas com o fim da terceira onda revolucionária. Então, em 1848 eclode, como conhecida “Primavera dos Povos”, a maior de todas as ondas de revoluções, surge como produto da crise econômica e social que se manifestava massivamente sobre o continente Europeu. Esta última toma proporções continentais ao se alastrar rapidamente por quase todos os Estados – o movimento já

contava com uma participação ativa da classe operaria e, de fato, sua mobilização trouxe um vislumbre da tão sonhada revolução mundial (HOBSBAWM, 1986, p.262).

No fim, o que se deu com uma classe de nação que reivindicara por liberdade, igualdade e fraternidade agora era uma primavera de povos, o levante de um continente, edificada sobre uma era de revoluções – fazendo emergir uma nova estrutura social. Por mais que a Revolução Francesa tenha findado, ainda se faz perceptível os reflexos das mudanças sociais conquistadas através da grande insurreição – sejam estes reflexos os métodos do caráter revolucionário, a natureza do protesto e reivindicação e a necessidade do embate entre as classes dominadas contra dominantes por ausência da eficiência do diálogo em tais casos (NASCIMENTO, 2004).

Referências

BURNS, Edward M. **A monarquia absoluta na França**. In: BURNS, Edward M. **História da Civilização Ocidental** (cap. 19). Porto Alegre: Globo, 1972.

BURNS, Edward M. **A Revolução Intelectual dos séculos XVII e XVIII**. In: BURNS, Edward M. **História da Civilização Ocidental** (cap.20). Porto Alegre: Globo, 1972.

HOBSBAWM, Eric. **O Mundo na Década de 1780**. In: HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções** (cap. 1). São Paulo: Paz e Terra. 5ªed, 1986.

HOBSBAWM, Eric. **A Literatura Comunista e Socialista**. In: HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra. 2ªed, 1983.

HOBSBAWM, Eric. **A Revolução Francesa**. In: HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções** (cap. 3). São Paulo: Paz e Terra. 5ªed, 1986.

HOBSBAWM, Eric. **As Revoluções**. In: HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções** (cap. 6). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KISSINGER, Henry. **A Diplomacia das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A. 3ªed, 2001.

LASKI, Harold J. “**O Século XVII**”. In: LASKI, Harold J. **O Liberalismo Europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

MONDAINI, Marco. **Guerras Napoleônicas**. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 189-217.

NASCIMENTO, Milton Meira. **“Reivindicar direitos segundo Rousseau”**. In: QUIRINO, C.G., VOUGA, V. E BRANDÃO, G.M. (ORG). São Paulo: Editora da USP, 2004.

NUNZIO, Mario di. **A democracia americana e a tradição autoritária do Ocidente**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Manual do Candidato: História Mundial Contemporânea (1776-1991)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2ªed, 2012.